



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



PODER LEGISLATIVO DE BRAGANÇA PAULISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIOECONÔMICOS (CAS)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES ANO: 2006

João Carlos dos Santos Carvalho – Presidente

Sidiney Donizetti Guedes – Vice-Presidente

Gustavo Sarzi Sartori - Membro

Miguel Francisco Lopes – Membro

Valdir da Silva Camargo - Membro



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



PALAVRAS DO PRESIDENTE

Até 27 de abril de 2006 a CAS foi composta pelos edis Sidiney Guedes (presidente), Fabiana Alessandri (vice-presidente), João Carlos Carvalho, Gustavo Sarzi Sartori e Valdir Camargo, membros. Em 25 de abril, o Plenário da Casa elegeu os vereadores Gustavo Sarzi Sartori, João Carlos Carvalho, Miguel Lopes (Miguelzinho), Sidiney Guedes e Valdir Camargo para comporem a comissão na gestão de 2006. Em nove de maio, a comissão elegeu o vereador João Carlos Carvalho para o cargo de presidente e o vereador Sidiney Guedes para o de vice-presidente.

Conforme o leitor poderá constatar, em 2006 a CAS organizou seus trabalhos de forma a tratar:

- de projetos de leis em trâmite na Câmara com repercussão direta sobre a qualidade de vida da população, caso do Plano Diretor e do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;

- de temas de mais alta relevância para Bragança Paulista, caso do turismo rural e da segurança pública.

Em todos os debates buscou o envolvimento de outras instituições públicas e de segmentos representativos da sociedade. Obteve, assim, imediato encaminhamento dos expedientes dirigidos a esta presidência e nos auxiliou sobremaneira com a idealização do Programa de Participação Popular no Projeto do Plano Diretor, que foi referendado por todas as demais comissões permanentes da Casa e por nós adotado.

Dessa forma, a comissão cumpriu efetivamente sua missão de colaborar com o Plenário na tomada de decisão sobre projetos de leis e de subsidiar o Legislativo e o próprio Município com abordagens e informações sobre temas de real importância para a população.

CLÓVIS AMARAL GARCIA

Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



APRESENTAÇÃO

Como órgão de auxílio ao Plenário que todas as comissões permanentes da Casa devem ser, a Comissão de Assuntos Socioeconômicos colocou-se, em 2006, como instância de debate – aberta a todos os senhores vereadores, ressaltou-se – para intensificar os estudos legislativos sobre projetos de leis de implicação direta, presente e futura, na qualidade de vida da população. Nessa direção, a CAS selecionou:

- ❖ o novo Plano Diretor do Município (Projeto de Lei Complementar nº 32/2006); e
- ❖ a instituição do Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos mediante parceria público-privada (Projeto de Lei nº 82/2006).

A par do trabalho relativo aos projetos de leis, a comissão realizou debates com representantes de órgãos públicos e da população sobre temas socioeconômicos de relevante interesse público. Para tanto, definiu os seguintes:

- ❖ turismo rural; e
- ❖ segurança pública.

No caso do novo Plano Diretor, embora o Projeto de Lei Complementar só viesse a ser recebido pela Câmara Municipal no mês de outubro, a CAS antecipou-se ao promover debates com representantes do Executivo e do Conselho do Plano Diretor (Copladir) antes mesmo da chegada do projeto ao Legislativo. Tais debates proporcionaram condições de a comissão acompanhar o processo de elaboração do projeto pelo Executivo e, ao mesmo tempo, de se fundamentar para elaborar uma proposta de Programa de Participação Popular no Legislativo – tarefa cumprida com êxito, como pode ser verificado no relatório.

Ainda em relação ao projeto do Plano Diretor, é importante registrar que toda a parte de abordagem do projeto, segundo o cronograma estudado, ocorreria em 2007. No entanto, isso não impediu que já em dezembro de 2006 a comissão realizasse um primeiro debate sobre o projeto, em reunião com representantes do Ministério Público e do Executivo.

Com relação ao Projeto de Lei nº 82/2006, de instituição do Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos mediante parceria público-privada, a comissão promoveu inúmeras reuniões para que todos os senhores vereadores obtivessem esclarecimentos de representantes do Poder Executivo e com eles discutissem propostas. Estamos certos de que a iniciativa contribuiu bastante para a tomada de decisão pelo Plenário da Casa.

Quanto ao Turismo Rural, foram ouvidos Secretários Municipais das áreas de: Desenvolvimento dos Agronegócios, Cultura e Turismo e Desenvolvimento Econômico. Cabe lembrar que desde 2005 a CAS já estava se dedicando à análise desse assunto e que, com isso, cumpre, também, o disposto na Resolução nº 02, de 18 de março de 2004, decorrente de iniciativa da vereadora Fabiana Alessandri que, naquele ano, contou com a co-autoria da comissão.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA




Também em relação à segurança pública foi realizado debate com representantes dos órgãos sediados em Bragança Paulista como primeiro passo para discussão e elaboração de um projeto maior para o município. Fica aqui o nosso registro para que o assunto seja retomado no próximo ano e se alcance o objetivo de elaboração do referido projeto.

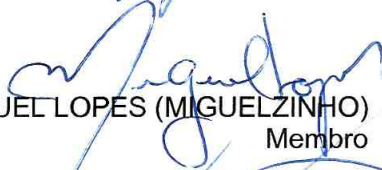
Mudança relevante foi estabelecida no Regimento Interno da Casa em 2006, por força da Resolução nº 04, de 13 de setembro de 2006, resultante de projeto do vereador João Carlos Carvalho: a Comissão de Assuntos Socioeconômicos passou a realizar duas sessões por mês ao invés de apenas uma.

O relatório a seguir sintetiza as abordagens feitas sobre cada um dos temas referidos e apresenta, ao final, a atualização de dados estatísticos sobre Bragança Paulista.


JOÃO CARLOS CARVALHO
Presidente da CAS


SIDINEY GUEDES
Vice-Presidente


GUSTAVO SARZI SARTORI
Membro


MIGUEL LOPES (MIGUELZINHO)
Membro


VALDIR CAMARGO
Membro



PARTE I

TEMAS

EM

DESTAQUE



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



1 NOVO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO

No mês de junho, a comissão recebeu integrantes do Conselho do Plano Diretor de Bragança Paulista (Copladir), presidido pelo Dr. Miguel Angelo Brandi Júnior, e equipe da Secretaria de Planejamento do Poder Executivo, sob coordenação do Dr. José Diaulas Pimentel de Almeida, Assessor de Gabinete do Executivo lotado na Secretaria do Planejamento para o Plano Diretor. O objetivo da reunião foi o de a CAS inteirar-se do andamento do processo de revisão do Plano Diretor do Município.

O resultado do trabalho do Poder Executivo e do Copladir pôde ser constatado em outubro, quando o Poder Legislativo recebeu o **Projeto de Lei Complementar nº 32/2006**, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município, institui o Sistema Municipal de Planejamento e dá outras providências.

Com a chegada do projeto ao Legislativo, a CAS coordenou, entre as comissões permanentes, a elaboração do **Programa de Participação Popular** na tramitação legislativa do referido projeto de lei complementar.

- | | |
|----------|---|
| SÍNTESE | ❖ <i>Formação de grupo de funcionários para elaborar o cronograma geral do processo, agendar audiências públicas, propor questionário de consulta popular e agilizar providências funcionais.</i> |
| DO | ❖ <i>Montagem de estande na Câmara Municipal, para apresentar à população o projeto, seus mapas e tabelas, distribuir e recolher questionários e divulgar o calendário das audiências públicas.</i> |
| PROGRAMA | ❖ <i>Realização de palestra técnica, aberta ao público.</i> |
| PROPOSTO | ❖ <i>Ampla divulgação de todas as etapas do processo, com inserção de propagandas em emissoras de rádio, televisão, jornais, bem como colocação de faixas e cartazes.</i> |
| | ❖ <i>Audiências públicas nos bairros, inclusive na zona rural.</i> |



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



O programa obteve aprovação das demais comissões permanentes e foi adotado pela Presidência como sendo o Programa de Participação Popular que a Câmara executaria a partir de janeiro de 2007 em relação ao projeto do Plano Diretor.

No final do ano, a CAS também realizou uma reunião com o intuito de iniciar processo de consenso entre representantes do Executivo, do Copladir e do Ministério Público quanto a recomendações registradas perante os srs. vereadores pelas Dras. Kelly Cristina Alvares Fedel e Ana Maria Buoso Piovesana, Promotoras de Justiça.

Na reunião, os Drs. José Donizetti de Oliveira e Adriano Cesilla, da Secretaria de Planejamento do Executivo, fizeram exposição sobre mapas e tabelas do projeto do novo Plano Diretor. Seus destaques foram os seguintes:

REGIÕES ADMINISTRATIVAS

Organização que, sobretudo por motivos ambientais, teve como base principal as microbacias de Bragança Paulista.

Principal área delimitada para expansão urbana: Microbacia do Lavapés, porque receberia todos os efluentes da cidade para, dentro da própria microbacia, ser feito o tratamento (futura estação de tratamento de esgoto).

MACROZONAS

Caracterização das diversas áreas do município.

Outras áreas previstas para expansão urbana, além da RA do Lavapés: Jardim das Palmeiras, Distrito Industrial, Quinta da Baronesa, Portal São Marcelo, aglomeração urbana da Água Comprida.

Como se esperava uma expansão urbana ao longo da estrada de Itatiba e da Rodovia Fernão Dias, foram reservadas áreas de expansão econômica como faixas de proteção para impedir a proliferação de loteamentos.

Zona rural: o novo Plano procurou preservar áreas realmente produtivas, onde não se desenvolveram aglomerados urbanos. Nos demais casos, face à tendência de parcelamento irregular, considerou-se que o parcelamento, se feito de maneira ordenada, não prejudicaria o desenvolvimento do município nem o meio ambiente.

Macrozona de preservação ambiental: transição entre a macrozona de preservação permanente e a macrozona rural urbanizável.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



SISTEMA VIÁRIO

Projeção de uma **via perimetral** com início no viaduto próximo do km 25 da Rodovia Fernão Dias, passando por trás dos loteamentos Jardim Santa Helena, Euroville e Rosário de Fátima até chegar à estrada de Itatiba e daí, passando por trás do Jardim América, encontrar a estrada de Socorro. Outra hipótese mais complexa seria a ligação do município com a Rodovia D. Pedro I, passando pelo Bairro do Biriçá, pela estrada de Itatiba, pelo interior do Bairro do Campo Novo, chegando à ponte do Bairro da Mãe dos Homens e, pelo interior do bairro, alcançando o Araras dos Pereira.

Projeção de **vias expressas**:

- Bom Retiro-Rodovia Fernão Dias;
- Cidade Jardim-Estrada de Tuiuti.

Vias de trânsito rápido:

- ligação da Variante João Hermenegildo de Oliveira (Variante do Guaripocaba) à estrada de Socorro e desta, por via projetada, à estrada de Tuiuti;
- ligação do Jardim Primavera com

REGIÕES GEOFÍSICAS

Definição sobre zona norte, zona sul, zona leste e zona oeste de Bragança Paulista, para maior clareza na localização dos bairros. Também demarca o centro tradicional.

ABAIRRAMENTOS

Organização do município que possibilita o levantamento de dados do IBGE por região.

Em relação ao Plano Diretor de 1991, o novo Plano aumenta o número de abairramentos, permitindo, assim, a apuração de estatísticas específicas de todas as regiões do município.

Explicando que queria dar enfoque ao meio ambiente e ao urbanismo, a Dra. Ana Maria Buoso Piovesana destacou que:

❖ em muitos aspectos o projeto estava excelente, porém alguns pontos deixavam dúvidas porque o Plano Diretor, uma lei municipal, não podia contrariar uma lei federal e muito menos a Constituição do País, na qual o meio ambiente estava acima de todo e qualquer direito de propriedade;

❖ havia preocupação especial das Promotorias do Meio Ambiente e de Urbanismo com a região da represa, perguntando-se até quando seriam permitidas construções nas margens do local;



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



- ❖ *a cidade já vinha sofrendo problemas decorrentes do não cumprimento do Plano Diretor vigente;*
- ❖ *seria interessante observar o que se queria para a cidade: o turismo ambiental, a industrialização ou outra atividade, e determinar quais áreas poderiam ser urbanizadas e o quanto poderiam, bem como quais aquelas deveriam ser mantidas intactas para a preservação ambiental;*
- ❖ *também era importante levar em conta manifestação do Sr. Delegado Seccional de Polícia, por ocasião de audiência pública, no sentido de que a situação de pobreza de determinados locais (desprovidos de infra-estrutura e sem qualquer tipo de zoneamento) acabava por facilitar a ação de marginais na instalação e disseminação de focos de criminalidade.*

"A natureza cobra. E cobra muito caro", declarou a Promotora, lembrando de enchentes e outros problemas sofridos por cidades totalmente impermeabilizadas, onde foram permitidas construções nas margens de rios e onde não foram mantidas áreas verdes necessárias para o escoamento das águas.

Segundo o representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Dr. José Diaulas Pimentel de Almeida, todo o processo de elaboração estivera sempre aberto a sugestões e participações e os objetivos perseguidos pela equipe que elaborara o projeto eram os mesmos expostos pela Dra. Ana Maria: melhorar o município, permitir que a cidade tivesse uma qualidade de vida melhor, proporcionar felicidade e não transtornos para o cidadão. Porém, ressaltou, a grande dificuldade num processo como esse era descobrir o ponto de equilíbrio.

Ele pediu que a representante do Ministério Público enviasse por escrito os aspectos que eventualmente estivessem em desacordo com a lei e também apresentasse por escrito as demais propostas, para que fossem estudadas.

Nessa reunião de dezembro, a questão de maior ênfase no debate entre a representante do Ministério Público e os representantes do Poder Executivo foi referente à zona rural. A Dra. Ana Maria Buoso Piovesana noticiou que a proposta das Promotorias de Urbanismo e de Meio Ambiente seria pela ampliação da Macrozona Rural, com a inclusão de áreas que no projeto estavam constando como Macrozona Rural Urbanizável. "Com módulos de vinte mil metros", acrescentou, argumentando que:

Murphy

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



- ❖ *Bragança Paulista já tinha a área de expansão urbana;*
- ❖ *o que funcionava para contenção de parcelamento clandestino era fiscalização, lei de zoneamento bem elaborada e fazer com que loteadores cumprissem a legislação.*

Exemplificando, a Promotora de Justiça disse não concordar com permissão de parcelamentos de terrenos de quinhentos, mil, mil e quinhentos ou dois mil metros em bairros como Araras dos Pereira e Morro Grande da Boa Vista, para que fossem feitas regularizações. Para ela, isso poderia fazer com que:

- ❖ *as pessoas acabassem parcelando e vendendo pequenos imóveis em áreas tradicionalmente rurais do município, esquecendo-se de que, para implantação de loteamentos, havia uma série de outras exigências, com destaque para a Lei federal nº 6.766;*
- ❖ *houvesse agravamento de problemas relativos ao saneamento rural, sobretudo o da contaminação (pela proximidade de fossas com poços d'água) e o de aumento e acúmulo de lixo.*

Por sua vez, os representantes do Poder Executivo sustentaram que:

- ❖ *o projeto do Plano Diretor não estava possibilitando a regularização porque em vários pontos a futura Macrozona Rural Urbanizável já estava parcelada e a zona rural bragantina já não dispunha de espaço para grandes plantações, prevalecendo, somente, a possibilidade para pequenos comércios, turismo rural (que poderia ser pensado, embora a cidade não tivesse tal vocação) e exploração de sítios arqueológicos;*
- ❖ *fotografias feitas por satélite revelavam que a vocação do município em termos de agropecuária já não existia mais, restando apenas um pouco de pecuária (suinocultura);*
- ❖ *o processo de ocupação em áreas tradicionalmente rurais era uma realidade do próprio país;*
- ❖ *a falência do cooperativismo contribuíra para essa ocupação e, quando a área rural deixava de produzir, a especulação imobiliária fatalmente ocorria;*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



- ❖ *vários pontos da zona rural já estavam com casas em beiras de estradas, as quais estavam ficando com metragem insuficiente de leito carroçável;*
- ❖ *a reversão do processo de ocupação da zona rural era difícil, mas na elaboração do projeto do Plano Diretor, após todos os debates, concluíra-se que deveriam possibilitar a regulamentação e, ao mesmo tempo, estancar a possibilidade de continuação do processo.*

Ao final das discussões, ficou acertado que as Sras. Promotoras encaminhariam suas propostas por escrito ao Legislativo e ao Executivo para análise durante a tramitação do projeto na Câmara, no primeiro semestre de 2007.

2 PROGRAMA MUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS MEDIANTE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PROJETO DE LEI nº 82/2006 – LEI MUNICIPAL Nº 3.859/2006)

Outro projeto de lei em destaque na CAS foi o referente à instituição de Programa Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos mediante parceria público-privada (**Projeto de Lei nº 82/2006**, de iniciativa do Executivo).

Participaram dos debates promovidos pela comissão: o vereador Ronaldo Salles Teixeira, líder da maioria na Câmara; os Secretários Municipais Antônio de Pádua Oliveira Mello, do Meio Ambiente, Rolf Marcos Sitta, do Desenvolvimento Econômico, e José Teixeira Júnior, de Assuntos Jurídicos; a engenheira Flávia Sellmer Antoni, educadora ambiental; a Sra. Carmen Lúcia Ferreira Frias, Diretora do Departamento de Documentação e Assessoria Parlamentar da Câmara Municipal; e os Srs. Emílio Silva Damascena e Joe Miranda, presidente e vice-presidente da Cooperativa Recicle Bragança.

2.1 Projeto específico ou genérico?

Ao se iniciar o ciclo de debates, o secretário Antônio de Pádua Oliveira Mello informou que, após o envio do Projeto de Lei nº 82/2006 à Câmara Municipal, ele continuara seus estudos a respeito de parcerias público-privadas (PPP) e alguns dos técnicos consultados recomendaram que, ao invés de projeto específico, o Município deveria fazer um projeto genérico, de maneira a permitir a utilização de PPP também em outras áreas.

A questão motivou amplos debates.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



Posicionamentos favoráveis a um projeto genérico fundamentaram-se, basicamente, na possibilidade de aplicação dessa forma de parceria também em outros tipos de obras e serviços, tais como: construção de escolas, implantação de redes de esgoto, meios de transporte urbano, estação de tratamento de esgoto.

Entretanto, acabou prevalecendo a manutenção do projeto específico de gestão dos resíduos sólidos. As duas razões principais disso foram que:

- ❖ *o projeto específico não prejudicaria a posterior aprovação do projeto genérico;*
- ❖ *haveria ganho de tempo para - com a aprovação do Projeto de Lei nº 82/2006, já em adiantado estágio de tramitação no Legislativo - o Executivo adotar ações no sentido de sanar os problemas mais urgentes relativos à gestão dos resíduos sólidos.*

Parecer de que o projeto específico não prejudicaria a posterior apresentação de projeto amplo foi dado à comissão pelo Dr. José Teixeira Júnior, Secretário de Assuntos Jurídicos da Prefeitura. Para tanto, ressaltou, ele consultara a professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, uma das maiores administrativistas do país.

2.2 Sobre o Projeto de Lei nº 82/2006

Os Srs. Secretários Municipais que participaram dos debates da CAS apresentaram os seguintes argumentos a favor do projeto:

- ❖ *captação de investimentos federais e estaduais que aguardavam a aprovação do projeto;*
- ❖ *abertura de enorme potencial de desenvolvimento;*
- ❖ *possibilidade de participação do poder público na gestão e de rescisão do contrato caso as metas não fossem atingidas;*
- ❖ *alternativa para viabilizar soluções rápidas aos problemas de gestão do lixo no município;*
- ❖ *ferramenta para que o município transformasse a despesa anual, atual, de cinco milhões de reais em receita de doze milhões;*
- ❖ *aumento de vida útil do aterro sanitário;*
- ❖ *sistema utilizado na Europa havia mais de dez anos.*

O Sr. Secretário de Meio Ambiente afirmou que, nas condições atuais, o aterro sanitário teria apenas mais um ano de vida útil. Questionado pelo edil Sidiney Guedes sobre de que forma o programa de gestão dos resíduos contribuiria para aumentar a vida útil do aterro, o referido Secretário



declarou que, com o funcionamento de tal programa, haveria redução do volume de lixo depositado no aterro.

Também foi comentado pelo titular da Pasta do Meio Ambiente que o Ministério Público estava cobrando providências quanto à destinação de área para depósito de entulhos de construção e que aquele órgão somente permitiria, no caso, o uso de área devidamente licenciada. Ele citou o apoio do Executivo a uma empresa que estava solicitando licenciamento de área.

2.3 Principais pontos de discussão

Preocupados com que eventuais prejuízos viessem a onerar os munícipes, os vereadores propuseram a **retirada de dispositivo do projeto referente à cobrança de tarifa dos usuários**. No entanto, os representantes do Executivo sustentaram que:

- ❖ *o projeto falava em cobrança de tarifas de usuários e não de todos os cidadãos, ou seja, se uma indústria, por exemplo, viesse a solicitar um serviço específico ou especial, poderia pagar por isso;*
- ❖ *havia no projeto vários itens quanto às formas de remuneração do contrato e não apenas a alternativa citada pelos srs. vereadores;*
- ❖ *se a parceria não se mostrasse vantajosa ao município, o Tribunal de Contas não permitiria a vigência da lei.*

Também foi cobrada pelos integrantes da CAS a **inclusão social**, a fim de que o sistema de gestão proposto contemplasse os catadores. A esse respeito:

- ❖ *o vereador Miguel Lopes declarou que, além da inclusão no sistema, era necessário instituir mecanismo referente ao preço do material de forma que os catadores não fossem prejudicados;*
- ❖ *o edil João Carlos Carvalho sugeriu emenda. a fim de que a lei permitisse, à empresa vencedora da licitação, poder fazer também a compra diretamente de terceiros, garantindo-se, assim, a negociação com os catadores;*
- ❖ *o vereador Valdir Camargo noticiou emenda de sua autoria para valorização das cooperativas, preferencialmente daquelas que envolvessem os catadores.*

A engenheira Flávia Sellmer Antoni ressaltou ser a inclusão social um ponto fundamental do projeto. Como exemplos positivos, citou os programas implantados em Jundiaí (Projeto Borboleta) e Itatiba. Para ela, um projeto completo de gestão deveria privilegiar, também, a profissionalização dos catadores. Como educadora ambiental, a engenheira cobrou urgência na



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



implantação do programa em Bragança Paulista, enfatizando o aspecto de preservação do meio ambiente.

Houve manifestação do Sr. Emilio Silva Damascena em apoio às propostas dos srs. vereadores. O Sr. Secretário do Meio Ambiente comentou que essas questões deveriam ser contempladas no edital. Informou, ainda, que haveria um fórum popular para resolver o que iriam fazer.

Outro aspecto que gerou inúmeras manifestações foi o do **valor do contrato**. Segundo o edil Ronaldo Teixeira, deveria ser revisto o valor de vinte milhões de reais citado no inciso I do parágrafo único do Art. 4º do projeto, considerando que esse valor cabia para a realidade da União, mas, no caso do Município, deveria ser adaptado à condição orçamentária local.

Discordando da proposta, representantes do Executivo retrucaram que:

- ❖ *o contrato da PPP seria para um prazo mínimo de cinco e máximo de 35 anos e, levando em conta o gasto atual do município, de cinco milhões por ano, o valor de vinte milhões já seria atingido em quatro anos;*
- ❖ *a peculiaridade da PPP estava justamente no prazo e na garantia que o investidor iria ter;*
- ❖ *dentro do mínimo e do máximo fixados no projeto, o edital iria determinar o prazo mais adequado;*
- ❖ *a própria professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro opinara pela manutenção do valor de vinte milhões, apontando que assim o município estaria de acordo com a lei federal e lembrando que, também em outros casos, municípios utilizavam os mesmos valores estabelecidos pela União e não havia contestação.*

Conforme o Sr. Secretário Municipal de Meio Ambiente, haveria uma Sociedade de Propósito Específico, com participação do poder público e do prestador do serviço, e o investimento seria totalmente financiado pelo prestador do serviço, ao qual caberia, ainda, a responsabilidade da amortização desse financiamento.

Sobre questão apontada pelo vereador Ronaldo Teixeira, de que o município iria remunerar por quilo, aquele Secretário garantiu que, no caso da PPP, seria uma remuneração mais vantajosa para o município do que a atual. Argumentou, ainda, que a parceria público-privada já estava funcionando em 120 países.

Teixeira

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



O vereador João Carlos Carvalho, considerando que o projeto fazia referência a varrição e a coleta de lixo, atualmente realizadas por concessionária, registrou sua preocupação de que viesse a ocorrer o mesmo que acontecia em relação ao serviço de transporte coletivo: não se viabilizavam benfeitorias solicitadas por munícipes sob alegação de que o contrato estava fechado. No caso dos resíduos sólidos, afirmou, a preocupação dele era com que se fechassem as possibilidades para cooperativas, catadores, recicladores e ligue-entulhos.

Concordando, o edil Valdir Camargo pediu clareza a respeito da partilha dos serviços.

Segundo o Sr. Secretário de Meio Ambiente:

- ❖ *a própria concessionária do serviço de varrição e coleta de lixo tinha expectativa de ver aprovada a lei da parceria público-privada, pois certamente seria uma das interessadas em participar da licitação;*
- ❖ *o edital determinaria os itens e as condições e havia a preocupação de não se fazer contrato nos moldes daquele que vinha vigorando há anos no município.*

Complementando, o Sr. Secretário de Assuntos Jurídicos enfatizou que existia uma empresa fazendo varrição e coleta, porém o lixo pertencia ao município e, com a implantação do Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos, a atual concessionária passaria a entregar o material reciclável na usina.

Foram solicitados, pelo vereador Valdir Camargo, esclarecimentos quanto ao inciso III do Art. 4º do projeto, onde constavam serviços e obras. Em resposta, o Sr. Secretário do Meio Ambiente informou que o foco da parceria era a prestação do serviço e o dispositivo citado pelo vereador estava determinando que, para prestar o serviço, a empresa vencedora da licitação deveria executar a obra que fosse necessária, financiando e investindo nisso.

Além dos debates, a comissão também promoveu uma reunião em que o secretário Rolf Marcos Sitta expôs material referente a parcerias público-privadas.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Na conclusão do ciclo de debates ficou estabelecido que, além de emendas dos srs. vereadores, o Executivo encaminharia algumas propostas, entre elas a de aplicabilidade da legislação federal e estadual.

Com efeito, o projeto foi aprovado pela Câmara e sancionado pelo Executivo (Lei nº 3.859, de 23 de novembro de 2006), incorporando, entre outras, as seguintes emendas:

- ❖ do vereador Valdir Camargo: *ações de incentivo à criação e implementação do cooperativismo, visando à regularização e aumento da oferta de trabalho relacionado ao tema, bem como emprego de mecanismos aptos a possibilitar a terceirização de equipamentos necessários à realização do programa como um todo;*
- ❖ do vereador Miguel Lopes (Miguelzinho): *implementação de programas objetivando o incentivo dos trabalhadores avulsos, que desenvolvem atividades de coleta de material destinado a reciclagem de que trata esta Lei, através da oferta de emprego ou constituição e operação de um negócio formal, mediante justa retribuição pecuniária pelo fornecimento do material, além dos equipamentos de segurança necessários;*
- ❖ do Executivo:
 - *aplicabilidade das normas nacionais e estaduais relativas às parcerias público-privadas;*
 - *organização da Sociedade de Propósito Específico, valorizando a participação de pequenas e médias empresas;*

3 TURISMO RURAL

Dando seqüência à abordagem feita no ano anterior em relação à agropecuária bragantina, em 2006 a CAS destacou o Turismo Rural.

A comissão convidou para debate o Dr. Nelson Carlos Nardy, Secretário Municipal de Desenvolvimento dos Agronegócios, o Sr. Rolf Marcos Sitta, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, e o Sr. Antônio Francisco Sonsin, Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

Cada Secretário expôs o projeto da respectiva Pasta e os fatores que, em sua opinião, dificultavam a implementação do turismo rural no município.

Para o Secretário Municipal de Desenvolvimento dos Agronegócios, havia necessidade, sobretudo, de:

- ❖ *regularização de propriedades rurais com menos de vinte mil metros;*



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



- ❖ *marketing;*
- ❖ *rodovias boas e bonitas.*

Considerando como um dos principais obstáculos a regularização fundiária, o citado Secretário comentou que, embora existisse no início do ano cerca de dois milhões de reais liberados pelo governo federal para tal finalidade, com juros baixos, em Bragança Paulista nenhuma pequena propriedade havia participado disso. Sem escritura definitiva, afirmou, as propriedades não se legalizavam e não podiam participar de programas governamentais de incentivo aos agronegócios, entre eles, o Turismo Rural.

Por sua vez, o Secretário Municipal de Cultura e Turismo informou que, em termos de projeto, sua Pasta pretendia trabalhar com as seguintes modalidades:

- ❖ *turismo rural;*
- ❖ *turismo de aventura;*
- ❖ *turismo religioso; e*
- ❖ *turismo ecológico.*

Entretanto, apontou, havia dificuldades para a implementação do projeto, entre elas:

- ❖ *dotação orçamentária escassa na área de turismo, pois os recursos orçados para a Secretaria simplesmente se esgotavam com o carnaval;*
- ❖ *inexistência de mão-de-obra treinada e capacitada.*

Ele frisou que, para eventos e outras iniciativas que envolvessem, por exemplo, a comercialização de lingüiça, era obrigatório o selo de inspeção (SIF, SIM), cuja concessão dependia da adequação do processo produtivo às normas técnicas estabelecidas na legislação.

A comissão propôs que os Srs. Secretários dessem prioridade a parcerias com Sebrae, Senai, Sesc, Senar e congêneres, a fim de treinar e capacitar mão-de-obra, já que esta seria medida estratégica de estímulo aos



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



investimentos da iniciativa privada. Também sustentaram que tais parcerias poderiam contribuir para outros aspectos da questão, tais como a regularização fundiária.

Diante da proposta, o Secretário de Desenvolvimento Econômico noticiou que seriam firmadas pelo Município - com o Senai e outras instituições - parcerias de incentivo ao empreendedorismo. Entre outros, ressaltou, poderiam ser realizados cursos sobre manuseio de alimentos. Também informou que estava em vias de se realizar o Curso Pró-Empreendedorismo, com base em convênio da Associação Comercial de São Paulo e do Sebrae com a Associação Comercial de Bragança Paulista.

Os vereadores integrantes da comissão também sugeriram alguns locais que, na opinião deles, deveriam ser trabalhados:

- ❖ Corredor da Avenida Plínio Salgado e Rodovia Bragança-Socorro; (sugestão do vereador Valdir Camargo);
- ❖ Usina Dr. Tosta, conhecida por Usina das Flores;

Em relação ao corredor da Avenida Plínio Salgado, destaque do vereador Valdir Camargo, ele disse tratar-se local de intensa movimentação de veículos com destino ao Circuito das Águas. Propôs que já se iniciasse um projeto de aproveitamento desse local para comercialização da produção bragantina que não dependesse de selos de inspeção ou de processos mais elaborados, até como experiência e como forma de preparo do local para futura expansão de atividades, inserindo-se gradativamente produtos como a lingüiça.

O presidente da Comissão, edil João Carlos Carvalho, sustentou que em outras cidades comercializavam-se itens de processos produtivos mais simples, que não envolviam selo de inspeção ou grandes investimentos em instalações físicas. Mesmo em Bragança Paulista, ressaltou, era possível encontrar na prateleira de alguns estabelecimentos comerciais produtos como esses, oriundos de outras cidades.

Segundo o Secretário de Desenvolvimento dos Agronegócios, havia um projeto para implantação da Feira do Produtor na saída do Jardim Iguatemi.

Por sua vez, o Secretário de Cultura e Turismo noticiou que estava tentando organizar um Festival Gastronômico e, para o Festival de Inverno de 2006, os donos de restaurantes estavam criando um cardápio típico bragantino, que seria um início de divulgação de pratos à base de lingüiça.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
Camargo
/ (stroke)
J (initial)
JCM (initial)
SJM (initial)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Quanto à Usina Dr. Tosta, local apontado pelo edil Miguel Lopes (Miguelzinho), este informou que tinha dois projetos referentes ao aproveitamento turístico do local e colocava-os à disposição do Executivo.

Em alguns municípios o turismo rural está se consolidando como fonte geradora de emprego e rendas, como é o caso de Jundiá (Circuito das Frutas) e Holambra (Expoflora).

A CAS iniciou contatos com algumas localidades e a primeira impressão tida foi de que as parcerias vinham sendo realmente as molas propulsoras para implantação e fortalecimento da referida atividade. Importante registrar que em alguns casos a parceria se estabelece diretamente entre produtores, investidores e serviços de apoio como Sebrae, Senar e outros, sem participação direta do poder público.

4 SEGURANÇA PÚBLICA

Outro assunto que se destacou nas atividades da Comissão de Assuntos Socioeconômicos em 2006 foi a segurança pública.

Em outubro, a comissão realizou debate com seus convidados:

- ❖ Dr. Licurgo Nunes Costa, então Delegado Seccional de Polícia de Bragança Paulista;
- ❖ Dr. Sérgio Pereira da Silva, Secretário Municipal de Trânsito e Segurança;
- ❖ Major PM Benedito Roque de Souza, representando o Tenente-Coronel PM Enaudo Augusto da Silva Bahe, Comandante do 34º Batalhão da Polícia Militar/Interior;
- ❖ Capitão PM Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, Comandante da 1ª Companhia do 34º Batalhão da Polícia Militar Interior;
- ❖ Capitão PM Anderson Lima de Oliveira, Comandante do 5º Subgrupamento do Corpo de Bombeiros, Bragança Paulista;
- ❖ Vereador Ronaldo Salles Teixeira, líder da maioria na Câmara.

Também foi convidado, porém não pôde comparecer, o Sr. Leandro Luiz Caetano, Presidente do Conselho de Segurança (Conseg), um órgão representativo da sociedade civil.

Os convidados discorreram sobre as atividades de cada um dos órgãos citados, a estrutura de que dispõem e os projetos em andamento. No debate, os assuntos de maior ênfase foram: a estrutura das instituições



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



policiais; comunicação integrada dos órgãos de segurança pública, considerando a recente inauguração do Centro Integrado; mudança de localização do 2º Distrito Policial (DP) para a região do Cruzeiro/Conjunto Residencial Padre Aldo Bolini; implantação do 4º DP no município, no setor do Parque dos Estados; a região da antiga Austin; apresentação de estatísticas policiais; e um projeto de segurança para o município.

4.1 Estrutura e programas das instituições policiais

Segundo a comissão concluiu da exposição feita pelos convidados, a maior necessidade dos órgãos policiais com sede em Bragança Paulista é a de aumento do efetivo policial. Foi citado exemplo da Delegacia Seccional de Polícia Civil de Bragança Paulista, cuja defasagem estaria na ordem de 34%, considerando os cargos de delegado, investigador, escrivão e agentes policiais.

Em termos de recursos humanos, também foi registrada uma proposta de premiação de policiais, com base em índice de produtividade. A proposta foi registrada pelo Comandante do Corpo de Bombeiros, o qual informou que esse projeto vinha sendo estudado pelo Secretário Municipal de Trânsito e Segurança.

O referido Comandante noticiou que a recente inauguração do Centro Integrado havia sido fundamental para elevação do Corpo de Bombeiros de Bragança Paulista à categoria de Subgrupamento, desvinculando-se, assim, da subordinação a Jundiá e passando a sediar região com dezessete municípios. Dentro dessa região do Subgrupamento bragantino, esclareceu, já existiam três Postos de Bombeiros – em Atibaia, Amparo e Lindóia – e estava prevista para início de 2007 a implantação do Posto de Serra Negra.

Houve questionamento do vereador João Carlos Carvalho sobre se a alteração era apenas questão de denominação ou se haveria contrapartida do Estado em termos de melhoria da estrutura do Corpo de Bombeiros. Em resposta, o Comandante do Corpo de Bombeiros informou que a questão era regida por convênio entre Estado e Município, cabendo ao Estado a parte de policiais e equipamentos e à Prefeitura a parte de infra-estrutura.

4.2 Comunicação integrada entre as instituições policiais e implantação do Samu

As autoridades presentes ao debate foram unânimes em afirmar que a integração entre as instituições policiais de Bragança Paulista é muito boa.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- Top: Full signature
- Middle: Initial 'I'
- Below: Initial 'F'
- Below: Full signature
- Bottom: Initial 'S'



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Consultadas pela comissão a respeito de providências que otimizassem ainda mais essa integração face à recente inauguração do Centro Integrado, elas informaram que estava em vias de se concretizar a centralização do atendimento de ocorrências.

O Capitão PM Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, Comandante da 1ª Companhia do 34º Batalhão da Polícia Militar do Interior, ressaltou que trabalhara por dezoito anos em São Paulo e agora, em Bragança Paulista, era a primeira vez que via uma integração tão boa, longe de problemas de vaidades.

Em relação a uma futura implantação de unidade da Polícia Militar no Centro Integrado, ele considerou que a medida seria positiva, entendendo que isso ajudaria a integração, embora essa integração já existisse. Exemplificando, registrou que no momento o Secretário Municipal de Trânsito e Segurança já tomara providências para que policiais militares também pudessem fazer os cursos do Senasp, do Telecentro. Havendo espaço na Secretaria Municipal para a PM e para a Polícia Civil, enfatizou, isso só tinha a beneficiar mais ainda a cidade.

O edil Gustavo Sarzi Sartori pediu opinião sobre o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), noticiando que havia estudo para implantação em Bragança Paulista. Na opinião do Cap. Anderson Lima de Oliveira, Comandante do Corpo de Bombeiros local, o perfeito funcionamento desse serviço dependia sobretudo da integração das forças de segurança, pois, do contrário, poderiam ocorrer conflitos sobre quem atenderia as vítimas. "Dentro de espírito de parceria o Samu só viria somar", comentou ele.

Acerca de atendimento de emergência, o vereador Valdir Camargo reconheceu e elogiou o trabalho dos bombeiros, enfatizando que, em relação ao assunto, ele via necessidade de um pronto-socorro devidamente estruturado e integrado com o sistema, para a recepção e o atendimento adequado às vítimas.

O Secretário Municipal de Trânsito e Segurança convidou os srs. vereadores para que fossem conhecer o projeto completo do Centro Integrado. Ele destacou:

- ❖ *a implantação de Central Única de Atendimento: um projeto avançado de comunicação entre as forças policiais que otimizará o atendimento à população;*

Luiz
[Signature]
[Signature]
[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



- ❖ *condições adequadas para serem trabalhadas e filtradas estatísticas relativas à segurança pública e ao trânsito, permitindo, por exemplo, que os órgãos de segurança atuassem na prevenção em locais onde estivessem ocorrendo acidentes com maior frequência.*

Também foi noticiado pelo Secretário Municipal que ele elaborara um projeto de segurança e o apresentara ao Sr. Prefeito, contemplando, entre outras, as questões da Cavalaria e do Canil, mencionadas pelo vereador João Carlos Carvalho.

4.3 Mudança de localização do 2º Distrito Policial

Segundo a informação dada em outubro à comissão, pelo então Delegado Seccional de Polícia, estava em andamento o processo de mudança do 2º DP para a região do Conjunto Habitacional Padre Aldo Bolini e Cruzeiro, com o intuito de facilitar o acesso da população da zona norte. A previsão, na época, era de que a medida se efetivasse até o final do ano.

4.4 Implantação do 4º Distrito Policial no Município, estabelecendo-se como sede a região do Parque dos Estados

A esse respeito, o Delegado Seccional de Polícia citou que recebera pedidos dos vereadores, entre eles dos Srs. Ronaldo Teixeira, Miguel Lopes e João Carlos Carvalho. Explicou que houvera alteração em normas do Estado relativas ao assunto e o pedido estava esbarrando em legislação.

Ele comentou, ainda, que somente a implantação de Distrito Policial naquela região talvez não trouxesse os resultados pretendidos. Em sua opinião, tal medida, se adotada, deveria ser complementada com a implantação de unidades da Polícia Militar e da Guarda Municipal, para surtir os efeitos desejados.

4.5 O imóvel da antiga Austin

Referindo-se a questão apresentada pelo vereador Sidiney Guedes, sobre um plano do Governo do Estado quanto à região da antiga Austin, o Delegado Seccional de Polícia propôs que houvesse ação social do Executivo e do Legislativo para o encaminhamento adequado das pessoas estabelecidas naquele local, a fim de que se pudesse, então, promover a desocupação do imóvel.

Como item prioritário desse plano, o vereador Gustavo Sarzi Sartori apontou a necessidade de um cadastro daquelas pessoas, estudando-se, com base nisso, a melhor forma de alojamento e encaminhamento social.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Quanto a um eventual aproveitamento pela segurança pública, houve consenso de que o imóvel seria de grande utilidade para a instalação de Distrito Policial, unidades da Polícia Militar e da Guarda Municipal, bem como de escola de formação de soldados.

4.6 Estatísticas

Além do debate realizado, a CAS pretendia elaborar em 2006 um mapeamento das ocorrências policiais, por tipo e por bairro. Para tanto, ela enviou ofício aos Srs. Delegado Seccional de Polícia, Comandante da Polícia Militar e Comandante do Corpo de Bombeiros.

Em resposta, o Sr. Delegado Seccional de Polícia informou que a discriminação, na forma solicitada, não encontrava amparo legal. Porém, destacou ele, alguns dados estatísticos eram acessíveis a todos os cidadãos na página eletrônica (internet) da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no endereço www.ssp.sp.gov/estatisticas. Com base nessa fonte, o Dr. Licurgo Nunes Costa forneceu as seguintes estatísticas referentes ao Município de Bragança Paulista:

ANO DE 2005

MÊS	HOMICÍDIO DOLOSO	FURTO	ROUBO	FURTO DE VEÍCULO	ROUBO DE VEÍCULO
Janeiro	1	219	40	39	4
Fevereiro	2	208	30	22	7
Março	1	281	34	33	6
Abril	2	285	42	30	9
Maio	1	319	37	28	5
Junho	2	242	32	22	3
Julho	1	228	27	19	4
Agosto	2	252	40	20	3
Setembro	0	241	47	24	3
Outubro	1	229	34	25	6
Novembro	0	261	24	20	1
Dezembro	1	273	29	14	7

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2006



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



MÊS	HOMICÍDIO DOLOSO	FURTO	ROUBO	FURTO DE VEÍCULO	ROUBO DE VEÍCULO
Janeiro	0	237	30	24	5
Fevereiro	1	174	25	27	6
Março	1	255	35	39	13
Abril	0	230	31	20	9
Maio	0	243	23	31	7
Junho	0	219	20	29	1

COMPARATIVO DO 1º SEMESTRE DE 2006 COM O MESMO PERÍODO DE 2005

OCORRÊNCIA	1º SEMESTRE 2005	1º SEMESTRE 2006
Homicídio doloso	9	2
Furto	1554	1358
Roubo	215	164
Furto de veículo	174	170
Roubo de veículo	34	41

Comentando estatísticas, o Dr. Licurgo Nunes Costa, destacou que:

- ❖ o número de flagrantes até setembro de 2006, em relação ao ano anterior, crescera 15,90% e no comparativo do trimestre abril, maio e junho de 2005 com o mesmo período de 2006 registraram-se 40% a mais de atuação da polícia, ocorrendo, para o trimestre julho, agosto e setembro empate técnico entre os dois anos;
- ❖ quanto a pessoas presas em flagrante delito, no primeiro trimestre de 2006 foram 40% a mais do que no ano anterior, totalizando, nos nove primeiros meses de dois mil e seis, vinte e dois ponto dezessete, um total de cinquenta e uma pessoas presas a mais do que no ano passado, por flagrante;
- ❖ em termos de mandados de prisão, no primeiro trimestre também se registrara um aumento de 48% a mais de prisões efetuadas por mandado judicial, totalizando, de janeiro a setembro, cinquenta e seis prisões a mais em 2006, na comparação com o mesmo período de 2005;
- ❖ a soma apenas de prisões em flagrante e prisões por mandado resultava em mais de cem casos em nove meses.

O titular da Delegacia Seccional de Polícia enfatizou que com isso ele estava demonstrando a efetividade da polícia na rua, no combate à



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



criminalidade, na investigação, com mais de cem pessoas presas, em nove meses, nas situações mencionadas, todas obviamente porque cometeram os crimes e estavam tendo a reprimenda. Sem mencionar, ressaltou, o bom trabalho realizado no combate ao uso e ao tráfico de entorpecentes.

“O crime que perturba, o crime que nos traz intranqüilidade, que é o crime contra a pessoa, que é o crime contra a vida, nós estamos, em relação ao ano passado, com sessenta e seis por cento a menos”, declarou, ressaltando que em 2005 Bragança Paulista estivera no ranking dos municípios monitorados pela Secretaria de Segurança Pública, com mais de cem mil habitantes, mas em 2006, como o indicador desse ranking era o crime contra a vida, ele acreditava que o município ficaria entre os primeiros colocados com menores índices e melhor qualidade de vida no aspecto de segurança pública.

Mencionou que, dentro da queda dos índices, no próprio furto, que era o crime comum, no roubo, que era uma ocorrência na qual havia uso de arma de fogo ou qualquer instrumento que pudesse molestar a vítima, também estava havendo redução:

- ❖ 90,86% de queda de furtos;
- ❖ 26,91% de roubos a menos do que em 2005.

Quanto ao furto de veículos, informou que se estavam registrando 9,24% a mais do que no ano anterior e, em relação a roubo de veículos, 11,90% a mais. No entanto, comentou, o roubo de veículo vinha caindo gradativamente e era um privilégio dizer que no mês de setembro de 2006 não houvera tal ocorrência, isso numa cidade com uma frota de praticamente sessenta mil veículos.

Assegurou que o furto vinha sendo combatido veementemente e ele acreditava que fosse fechar o ano pelo menos com um empate técnico em relação ao ano passado.

Segundo o Delegado Seccional, em Bragança Paulista a situação estava sob controle policial. Levando em conta inúmeros fatores, entre os quais a proximidade do município com a Grande São Paulo e as condições das rodovias, ele disse que a situação de segurança do município bragantino ainda era privilegiada, totalmente suportável.

O Major PM Benedito Roque de Souza, representando o Comando do 34º Batalhão da Polícia Militar do Interior (BPM/I), e o Capitão PM Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, Comandante da 1ª Companhia do 34º



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

BRAGANÇA PAULISTA



BPM/I explicaram que essas estatísticas eram processadas em conjunto pelas Polícias Civil e Militar, em levantamentos feitos a cada três meses, representando, pois, o trabalho da Polícia Civil e da Polícia Militar. O Major esclareceu, ainda que:

- ❖ *a Coordenadoria da Segurança Pública analisava os cinco indicadores mostrados nos quadros: furto, roubo, furto de veículo, roubo de veículo e homicídio;*
- ❖ *a cada trimestre eram feitas comparações com o ano anterior e com o trimestre anterior e ocorriam reuniões entre o Comandante da PM e o Comandante da Polícia Civil, os quais se reuniam também em Campinas com os sete Comandantes de Batalhões e os Sete Delegados Seccionais, com a presença do Regional e do Comandante do CPI, quando discutiam os dados obtidos;*
- ❖ *da mesma forma era feito em Bragança Paulista em relação às cidades da jurisdição regional.*

Conforme o Secretário Municipal de Trânsito e Segurança, até setembro de 2006 o índice de homicídios registrado em Bragança Paulista havia sido de 2,8 por 100.000 habitantes, o que colocava o município no mesmo patamar de países do primeiro mundo. Ele frisou que o indicador homicídio estava diretamente relacionado com qualidade de vida e, portanto, o excelente índice obtido deveria repercutir na apuração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município.

O Sr. Secretário enfatizou que o aumento em 130%, de 2005 para 2006, de apreensões por entorpecentes não representavam aumento do problema, mas, sim, o aumento do trabalho da Polícia e da Guarda Municipal.

Entretanto, avaliou, os bons índices obtidos não estavam refletindo na sensação de segurança da população, motivo pelo qual ele considerava necessário transmitir esses dados aos cidadãos.

Os convidados registraram que a 1ª Companhia do 34º BPM/I, comandada pelo Cap. PM Ricardo Augusto Nascimento de Mello Araújo, fora eleita, no mês de setembro, a melhor Companhia, pelo CPI (Comando de Policiamento do Interior) e, portanto, aquele Comandante seria chamado para receber um prêmio como a melhor companhia da região.

4.7 Projeto de segurança para o município



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Na conclusão do debate, ficou definido que a Comissão de Assuntos Socioeconômicos deveria manter em sua pauta, para o ano de 2007, o tema "Segurança Pública", ampliando o rol de convidados, para proporem um plano de ações, o qual poderia ser debatido no contexto do projeto de segurança elaborado pelo Secretário Municipal de Trânsito e Segurança.

O vereador Gustavo Sarzi Sartori pediu opinião sobre estudarem dentro desse plano a determinação de horário de fechamento de bares, em caráter experimental, em algum bairro da cidade. Ele lembrou que tal medida vinha repercutindo na diminuição de índices de criminalidade no município de Diadema.

As autoridades reunidas com a CAS em outubro foram unânimes em destacar que essa seria, sem dúvida, uma medida de alçada do município que poderia trazer bons resultados em termos de segurança pública. Declararam, ainda, que outras medidas complementares, afetas ao Município, também deveriam ser pensadas num plano de ações municipais, tais como:

- ❖ iluminação pública;
- ❖ programas para tirar o jovem da ociosidade;
- ❖ limpeza das vias e logradouros;
- ❖ providências para coibir a venda clandestina de bebidas alcoólicas e o comércio a varejo nas calçadas ou em praças públicas;
- ❖ criação de conselhos municipais de bairros;
- ❖ participação no Conseg (Conselho de Segurança Pública).

Para a elaboração do plano de ações municipais, o Comandante do Corpo de Bombeiros sugeriu que, além das pessoas presentes ao debate da CAS, também fossem convidados representantes da Polícia Científica e da Polícia Ambiental. Vereadores da CAS acrescentaram que convidariam, igualmente, representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da OAB.

Handwritten signatures and initials in blue ink:
Sarzi
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]



**CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE
BRAGANÇA PAULISTA**



PARTE II

ESTATÍSTICAS SOBRE O MUNICÍPIO DE BRAGANÇA PAULISTA



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA ANOS DE 2000 a 2006							
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
De 0 a 4 anos	10.275	10.635	11.003	11.378	11.764	12.157	12.283
De 5 a 9 anos	10.785	10.739	10.689	10.635	10.577	10.516	10.872
De 10 a 14 anos	11.376	11.359	11.337	11.311	11.282	11.247	11.178
De 15 a 19 anos	12.426	12.384	12.339	12.288	12.231	12.172	12.086
De 20 a 24 anos	11.771	12.158	12.553	12.958	13.370	13.786	13.628
De 25 a 29 anos	10.351	10.881	11.433	12.009	12.609	13.235	13.561
De 30 a 34 anos	9.493	9.823	10.163	10.509	10.862	11.223	11.750
De 35 a 39 anos	9.493	9.568	9.642	9.712	9.778	9.842	10.179
De 40 a 44 anos	8.768	8.938	9.109	9.279	9.448	9.617	9.706
De 45 a 49 anos	7.155	7.465	7.784	8.113	8.455	8.806	8.988
De 50 a 54 anos	6.035	6.244	6.456	6.673	6.896	7.124	7.441
De 55 a 59 anos	4.331	4.611	4.908	5.221	5.552	5.902	6.118
De 60 a 64 anos	3.709	3.795	3.881	3.968	4.055	4.143	4.419
De 65 a 69 anos	3.217	3.262	3.305	3.347	3.390	3.432	3.520
De 70 a 74 anos	2.487	2.554	2.621	2.690	2.759	2.829	2.877
75 anos ou mais	3.094	3.211	3.330	3.454	3.580	3.709	3.843
TOTAL	124.766	127.627	130.553	133.545	136.608	139.740	142.449
População com menos de 15 anos (%)	26,00	25,65	25,30	24,95	24,61	24,27	24,10
População com mais de 60 anos (%)	10,02	10,05	10,06	10,08	10,09	10,10	10,29

Fonte: SEADE (www.seade.gov.br)

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- A large signature at the top right.
- A signature below it.
- A signature below that.
- A signature below that.
- A signature below that.
- A signature below that.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



ESTATÍSTICAS VITAIS E DE SAÚDE	
Ano de 2005	
Taxa de natalidade (por mil habitantes)	15,20
Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)	14,60
Nascimentos com baixo peso (menos de 2,5 kg) (%)	9,19
Taxa de mortalidade na infância (por mil nascidos vivos)	17,89
Taxa de mortalidade da população entre 15 e 34 anos (por cem mil habitantes)	160,66
Taxa de mortalidade da população de 60 anos ou mais (por cem mil habitantes)	4.648,20
Mães adolescentes com menos de 18 anos (%)	7,44

Fonte: SEADE

SERVIÇOS DE SAÚDE	
ANO: 2005	
Estabelecimentos de saúde - total	
Estabelecimentos de Saúde especializado com internação total	0
Estabelecimentos de saúde - total	71
Estabelecimentos de saúde - público	29
Estabelecimentos de saúde - privado	42
Estabelecimentos de saúde - privado com fins lucrativos	40
Estabelecimentos de saúde - privado sem fins lucrativos	2
Estabelecimentos de saúde - privado SUS	3
Estabelecimentos de saúde com internação - total (privado)	4
Estabelecimentos de saúde sem internação - total	51
Estabelecimentos de saúde com apoio à diagnose e terapia - total	16
Estabelecimentos de Saúde especializado sem internação total	19
Estabelecimentos de Saúde com especialidades com internação total	2
Estabelecimentos de Saúde com especialidades sem internação total	40
Estabelecimentos de Saúde geral com internação total	2
Estabelecimentos de Saúde geral sem internação total	8
Estabelecimentos de Saúde único total	69
Estabelecimentos de Saúde com terceirização total	2
Estabelecimentos de Saúde terceirizado total	8
Leitos para internação em Estabelecimentos de Saúde - total	338
Estabelecimentos de Saúde com atendimento ambulatorial total	53
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência total	5
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Pediatria	5
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Obstetrícia	3
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Psiquiatria	0
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Clínica	5
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Cirurgia	3
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Traumatologia Ortopedia	3
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Neurocirurgia	2
Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Cirurgia Buco Maxilofacial	2

continua



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



Estabelecimentos de Saúde com atendimento de emergência Outros	2
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Ambulatorial	31
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Internação	2
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Emergência	3
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS UTI/CTI	2
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviço ao SUS Diálise	2
Mamógrafo com comando simples	9
Mamógrafo com estéreo-taxia	0
Raio X para densitometria óssea	5
Tomógrafo	8
Ressonância magnética	2
Ultrassom doppler colorido	13
Eletrocardiógrafo	20
Eletroencefalógrafo	2
Equipamento de hemodiálise	74
Raio X até 100Ma	7
Raio X de 100 a 500mA	13
Raio X mais de 500mA	8

Fonte: IBGE

ENSINO FUNDAMENTAL ANO: 2006	
Matrícula - escola pública estadual	8.615
Matrícula - escola pública municipal	7.832
Matrícula - escola privada	4.621
Matrícula - Ensino fundamental - total	21.068
Docentes - escola pública estadual	430
Docentes - escola pública municipal	283
Docentes - escola privada	291
Docentes - Ensino Fundamental - total	1.004
Escolas - escola pública estadual	19
Escolas - escola pública municipal	42
Escolas - escola privada	18
Escolas - Ensino fundamental - total	79

Fonte: IBGE



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



ENSINO MÉDIO	
ANO: 2006	
Matrícula – Ensino médio - escola pública estadual	4.624
Matrícula – Ensino médio - escola privada	1.262
Matrícula - Ensino médio - total	5.886
Docentes – Ensino médio - escola pública estadual	261
Docentes – Ensino médio - escola privada	123
Docentes - Ensino médio - total	384
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual	11
Escolas - Ensino médio - escola privada	10
Escolas – Ensino médio - total	21

Fonte: IBGE

ENSINO PRÉ-ESCOLAR	
ANO: 2006	
Matrícula – Ensino pré-escolar - escola pública municipal	4.536
Matrícula – Ensino pré-escolar - escola privada -	619
Matrícula - Ensino pré-escolar - total	5.155
Docentes – Ensino pré-escolar - escola pública municipal	230
Docentes – Ensino pré-escolar - escola privada -	60
Docentes - Ensino pré-escolar	290
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal	52
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada	14
Escolas – Ensino pré-escolar - total	66

Fonte: IBGE

ENSINO SUPERIOR	
ANO: 2005	
Matrícula - Ensino superior - total	6.328
Matrícula – Ensino superior - escola privada	6.328
Docentes – Ensino superior - escola privada	769
Escolas - Ensino superior - escola privada	2

Fonte: IBGE

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- Top right: "Luis" (vertical)
- Middle right: "L" (vertical)
- Bottom right: "Luis" (vertical)
- Far right: "SJP" (vertical)



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



FROTA ANO: 2006	
Automóvel	35.643
Caminhão	2.048
Caminhão trator	104
Caminhonete	2.688
Micro-ônibus	185
Motocicleta	13.349
Motoneta	2.051
Ônibus	205
Trator de rodas	4

Fonte: IBGE

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES DO ESTADO EM 2006 (em %):
0,129322

Fonte: SEADE

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) Ano: 2004	
PIB em milhões de reais correntes	1.380,07
PIB per capita em reais correntes	10.005,21
Participação no PIB do Estado em %	0,252479

Fonte: SEADE

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS Ano: 2005	
Número de agências	14 unidades
Operações de crédito	R\$ 168.805.590,76
Depósitos à vista – governo	R\$ 4.921.338,48
Depósitos à vista – privado	R\$ 56.286.763,37
Poupança	R\$ 188.602.712,80
Depósitos a prazo –	R\$ 92.026.225,22
Obrigações por recebimento	R\$ 105.377,38

Fonte: IBGE

Handwritten signatures and initials in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



ESTRUTURA EMPRESARIAL		
ANO: 2004		
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - número de unidades locais	37	Unidade
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - pessoal ocupado total	507	Pessoa
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - pessoal ocupado assalariado	465	Pessoa
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - salários	9.985	Mil reais
Pesca - número de unidades locais	5	Unidade
Pesca - pessoal ocupado total	6	Pessoa
Pesca - pessoal ocupado assalariado	1	Pessoa
Pesca - salários	3	Mil reais
Indústrias extrativas - número de unidades locais	32	Unidade
Indústrias extrativas - pessoal ocupado total	142	Pessoa
Indústrias extrativas - pessoal ocupado assalariado	93	Pessoa
Indústrias extrativas - salários	801	Mil reais
Indústrias de transformação - número de unidades locais	820	Unidade
Indústrias de transformação - pessoal ocupado total	9.598	Pessoa
Indústrias de transformação - pessoal ocupado assalariado	8.512	Pessoa
Indústrias de transformação - salários	111.785	Mil reais
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - número de unidades locais	11	Unidade
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - pessoal ocupado total	353	Pessoa
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - pessoal ocupado assalariado	341	Pessoa
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - salários	8.538	Mil reais
Construção - número de unidades locais	75	Unidade
Construção - pessoal ocupado total	350	Pessoa
Construção - pessoal ocupado assalariado	232	Pessoa
Construção - salário	2.346	Mil reais
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - número de unidades locais	3.401	Unidade
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - pessoal ocupado total	9.879	Pessoa
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - pessoal ocupado assalariado	5.736	Pessoa
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - salário	39.993	Mil reais
Alojamento e alimentação - número de unidades locais	685	Unidade
Alojamento e alimentação - pessoal ocupado total	1.508	Pessoa
Alojamento e alimentação - pessoal ocupado assalariado	758	Pessoa
Alojamento e alimentação - salário	4.507	Mil reais

continua



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



ESTRUTURA EMPRESARIAL (2/2)		
ANO: 2004		
Transporte, armazenagem e comunicações - número de unidades locais	167	Unidade
Transporte, armazenagem e comunicações - pessoal ocupado total	1.080	Pessoa
Transporte, armazenagem e comunicações - pessoal ocupado assalariado	855	Pessoa
Transporte, armazenagem e comunicações - salário	7.445	Mil reais
Intermediação financeira - número de unidades locais	69	Unidade
Intermediação financeira - pessoal ocupado total	460	Pessoa
Intermediação financeira - pessoal ocupado assalariado	374	Pessoa
Intermediação financeira - salário	8.935	Mil reais
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - número de unidades locais	531	Unidade
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - pessoal ocupado total	2.170	Pessoa
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - pessoal ocupado assalariado	1.356	Pessoa
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - salário	11.650	Mil reais
Administração pública, defesa e seguridade social - número de unidades locais	6	Unidade
Administração pública, defesa e seguridade social - pessoal ocupado total	2.483	Pessoa
Administração pública, defesa e seguridade social - pessoal ocupado assalariado	2.483	Pessoa
Administração pública, defesa e seguridade social - salário	31.501	Mil reais
Educação - número de unidades locais	84	Unidade
Educação - pessoal ocupado total	1.493	Pessoa
Educação - pessoal ocupado assalariado	1.382	Pessoa
Educação - salário	32.240	Mil reais
Saúde e serviços sociais - número de unidades locais	163	Unidade
Saúde e serviços sociais - pessoal ocupado total	1.781	Pessoa
Saúde e serviços sociais - pessoal ocupado assalariado	1.500	Pessoa
Saúde e serviços sociais - salário	16.259	Mil reais
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - número de unidades locais	391	Unidade
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - pessoal ocupado total	1.991	Pessoa
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - pessoal ocupado assalariado	1.703	Pessoa
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - salário	15.998	Mil reais

Fonte: IBGE

Lucas

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



PARTICIPAÇÃO DOS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS ANO: 2005			
INDICADOR	MUNICÍPIO	REGIÃO DE GOVERNO	ESTADO
Participação dos vínculos empregatícios na agropecuária no total de vínculos (em %)	4,83	6,96	3,44
Participação dos vínculos empregatícios na indústria no total de vínculos (em %)	31,72	31,68	23,49
Participação dos vínculos empregatícios na construção civil no total de vínculos (em %)	1,31	1,67	3,40
Participação dos vínculos empregatícios no comércio no total de vínculos (em %)	23,94	20,50	18,73
Participação dos vínculos empregatícios nos serviços no total de vínculos (em %)	38,20	39,20	50,94
Rendimento médio nos vínculos empregatícios na agropecuária (em Reais correntes)	914,51	548,98	637,27
Rendimento médio nos vínculos empregatícios na indústria (em Reais correntes)	1.169,28	1.039,47	1.610,16
Rendimento médio nos vínculos empregatícios na construção civil (em Reais correntes)	697,34	686,36	1.064,35
Rendimento médio nos vínculos empregatícios no comércio agropecuária (em Reais correntes)	677,68	658,13	944,51
Rendimento médio nos vínculos empregatícios nos serviços (em Reais correntes)	1.108,43	969,50	1.476,84
Rendimento médio no total de vínculos empregatícios (em Reais correntes)	1.009,84	893,88	1.365,52

Fonte: SEADE

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



	1995	1997	1999	2000	2003
Vínculos empregatícios de homens na agropecuária	1.120	890	926	898	1.021
Vínculos empregatícios de mulheres na agropecuária	244	165	201	189	296
Rendimento médio nos vínculos empregatícios de homens na agropecuária (em Reais correntes)			314,81	362,95	930,03
Rendimento médio nos vínculos empregatícios de mulheres na agropecuária (em reais correntes)			232,02	288,71	586,01
Total de despesas municipais em agricultura (em reais de 2006)	709.840	538.070	1.573.951	1.708.700	136.491
ICMS arrecadado na agricultura, pecuária e outros produtos animais (em Reais de 2006)				1.514.580	
Valor adicionado fiscal da agricultura pecuária e outros produtos animais (em Reais de 2006)	30.008.866	34.140.985	8.461.440	36.003.496	49.369.648
Crédito rural agricultura (em Reais de 2006)	2.290.126	2.565.168	3.193.163	4.562.882	4.471.459
Crédito rural pecuária (em Reais de 2006)	1.049.213	1.561.008	1.499.612	2.141.562	1.791.091
Participação da agropecuária no total do valor adicional (em %)			3,17	3,15	5,04
Participação dos vínculos empregatícios na agropecuária no total de vínculos (em %)	7,04	5,32	5,70	4,91	5,25
Número de estabelecimentos da agropecuária	259	271	258	253	249
Proporção dos estabelecimentos da agropecuária no total de estabelecimentos (%)	12,46	12,01	11,58	10,46	9,12

Fonte: SEADE

Handwritten signatures and initials in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA



PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - LAVOURA PERMANENTE (1/2)		
ANO: 2005		
Abacate - quantidade produzida	1.050	Tonelada
Abacate - valor da produção	1.092	mil reais
Abacate - área plantada	70	Hectare
Abacate - área colhida	70	Hectare
Abacate - rendimento médio	15.000	kg/hectare
Banana - quantidade produzida	750	Tonelada
Banana - valor da produção	300	mil reais
Banana - área plantada	50	Hectare
Banana - área colhida	50	Hectare
Banana - rendimento médio	15.000	kg/hectare
Café (em grão) - quantidade produzida	804	Tonelada
Café (em grão) - valor da produção	2.573	mil reais
Café (em grão) - área plantada	670	Hectare
Café (em grão) - área colhida	670	Hectare
Café (em grão) - rendimento médio	1.200	kg/hectare
Caqui - quantidade produzida	76	Tonelada
Caqui - valor da produção	84	mil reais
Caqui - área plantada	2	Hectare
Caqui - área colhida	2	Hectare
Caqui - rendimento médio	38.000	kg/hectare
Goiaba - quantidade produzida	140	Tonelada
Goiaba - valor da produção	157	mil reais
Goiaba - área plantada	5	Hectare
Goiaba - área colhida	5	Hectare
Goiaba - rendimento médio	28.000	kg/hectare
Laranja - quantidade produzida	4.298	Tonelada
Laranja - valor da produção	1.032	mil reais
Laranja - área plantada	150	Hectare
Laranja - área colhida	150	Hectare
Laranja - rendimento médio	28.653	kg/hectare
Limão - quantidade produzida	2.240	Tonelada
Limão - valor da produção	2.061	mil reais
Limão - área plantada	80	Hectare
Limão - área colhida	80	Hectare
Limão - rendimento médio	28.000	kg/hectare
Manga - quantidade produzida	224	Tonelada
Manga - valor da produção	242	mil reais
Manga - área plantada	7	Hectare
Manga - área colhida	7	Hectare
Manga - rendimento médio	32.000	kg/hectare
Pêssego - quantidade produzida	520	Tonelada
Pêssego - valor da produção	577	mil reais
Pêssego - área plantada	26	Hectare
Pêssego - área colhida	26	hectare
Pêssego - rendimento médio	20.000	kg/hectare

continua

Lucas
f
João
SP



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - LAVOURA PERMANENTE (1/2)		
ANO: 2005		
Tangerina - quantidade produzida	3.190	Tonelada
Tangerina - valor da produção	3.031	mil reais
Tangerina - área plantada	110	Hectare
Tangerina - área colhida	110	Hectare
Tangerina - rendimento médio	29.000	kg/hectare
Uva - quantidade produzida	362	Tonelada
Uva - valor da produção	534	mil reais
Uva - área plantada	18	Hectare

Fonte: IBGE

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL - LAVOURA TEMPORÁRIA		
ANO: 2005		
Arroz (em casca) - quantidade produzida	91	tonelada
Arroz (em casca) - valor da produção	66	mil reais
Arroz (em casca) - área plantada	65	hectare
Arroz (em casca) - área colhida	65	hectare
Arroz (em casca) - rendimento médio	1.400	mil reais
Batata-inglesa - quantidade produzida	6.600	tonelada
Batata-inglesa - valor da produção	5.676	mil reais
Batata-inglesa - área plantada	300	hectare
Batata-inglesa - área colhida	300	hectare
Batata-inglesa - rendimento médio	22.000	mil reais
Cana-de-açúcar - quantidade produzida	5.110	tonelada
Cana-de-açúcar - valor da produção	143	mil reais
Cana-de-açúcar - área plantada	105	hectare
Cana-de-açúcar - área colhida	105	hectare
Cana-de-açúcar - rendimento médio	48.666	mil reais
Feijão (em grão) - quantidade produzida	490	tonelada
Feijão (em grão) - valor da produção	664	mil reais
Feijão (em grão) - área plantada	490	hectare
Feijão (em grão) - área colhida	490	hectare
Feijão (em grão) - rendimento médio	1.000	mil reais
Mandioca - quantidade produzida	35	tonelada
Mandioca - valor da produção	7	mil reais
Mandioca - área plantada	2	hectare
Mandioca - área colhida	2	hectare
Mandioca - rendimento médio	17.500	mil reais
Milho (em grão) - quantidade produzida	7.560	tonelada
Milho (em grão) - valor da produção	2.419	mil reais
Milho (em grão) - área plantada	2.800	hectare
Milho (em grão) - área colhida	2.800	hectare
Milho (em grão) - rendimento médio	2.700	mil reais
Tomate - quantidade produzida	900	tonelada
Tomate - valor da produção	171	mil reais
Tomate - área plantada	20	hectare
Tomate - área colhida	20	hectare
Tomate - rendimento médio	45.000	mil reais

Fonte: IBGE

Luca

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS ANO: 2006		
Arroz (em casca) - quantidade produzida	84	tonelada
Arroz (em casca) - valor da produção	70	mil reais
Arroz (em casca) - área plantada	60	hectare
Arroz (em casca) - área colhida	60	hectare
Feijão (em grão) - quantidade produzida	538	tonelada
Feijão (em grão) - valor da produção	839	mil reais
Feijão (em grão) - área plantada	510	hectare
Feijão (em grão) - área colhida	510	hectare
Girassol (em grão) - quantidade produzida	0	tonelada
Milho (em grão) - quantidade produzida	7.560	tonelada
Milho (em grão) - valor da produção	2.117	mil reais
Milho (em grão) - área plantada	2.700	hectare
Milho (em grão) - área colhida	2.700	hectare

Fonte: IBGE

EXTRAÇÃO VEGETAL E SILVICULTURA ANO: 2005		
Madeiras - lenha - quantidade produzida	2.880	metro cúbico
Madeiras - lenha - valor da produção	118	mil reais
Madeiras - madeira em tora - quantidade produzida	-	metro cúbico
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - quantidade produzida	4.200	tonelada
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - valor da produção	2.856	mil reais
Produtos da Silvicultura - lenha - quantidade produzida	54.000	metro cúbico
Produtos da Silvicultura - lenha - valor da produção	2.268	mil reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - quantidade produzida	102.000	metro cúbico
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - valor da produção	4.960	mil reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - quantidade produzida	22.000	metro cúbico
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - valor da produção	1.760	mil reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - quantidade produzida	80.000	metro cúbico
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades - valor da produção	3.200	mil reais

Fonte: IBGE



CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

CÂMARA
BRAGANÇA PAULISTA



PECUÁRIA ANO: 2005		
Bovinos - efetivo dos rebanhos	17.000	cabeça
Suínos - efetivo dos rebanhos	44.800	cabeça
Eqüinos - efetivo dos rebanhos	2.200	cabeça
Asininos - efetivo dos rebanhos	80	cabeça
Muare - efetivo dos rebanhos	740	cabeça
Bubalinos - efetivo dos rebanhos	140	cabeça
Coelhos - efetivo dos rebanhos	1.000	cabeça
Ovinos - efetivo dos rebanhos	480	cabeça
Galinhas - efetivo dos rebanhos	43.000	cabeça
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos	195.000	cabeça
Codornas - efetivo dos rebanhos	13.000	cabeça
Caprinos - efetivo dos rebanhos	700	cabeça
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças)	4.700	cabeça
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros)	10.000	Mil litros
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias)	665	Mil dúzias
Ovos de codorna - produção - quantidade (mil dúzias)	430	Mil dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg)	57.000	Kg

Fonte: IBGE

Handwritten signatures and initials:
✓
F...
f
b...
S...